

Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013

fevereiro de 2014
Este relatório contém 39 páginas

*Capital Social 1.200.000 Euros - Matricula 04 529 CRCL -NIPC 503 455 229 -
Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'U', a signature, and the word 'Junct'.

CONTEÚDO

Pág.

I	Demonstrações financeiras	
	Demonstração dos resultados	3
	Demonstração do rendimento integral	3
	Balanço	4
	Demonstração das alterações no capital próprio	5
	Demonstração de fluxos de caixa	5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras	
II.1	Políticas contabilísticas	6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	13
II.3	Notas à demonstração dos resultados	
Nota 1	Vendas e serviços prestados	15
Nota 2	Fornecimento e serviços externos	15
Nota 3	Gastos com o pessoal	15
Nota 4	Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas	16
Nota 5	Juros e gastos similares obtidos	16
Nota 6	Juros e gastos similares suportados	17
II.4	Notas ao balanço	
Nota 7	Ativos tangíveis	17
Nota 8	Outros ativos financeiros	18
Nota 9	Impostos correntes e diferidos	18
Nota 10	Clientes	20
Nota 11	Outras contas a receber	20
Nota 12	Caixa e depósitos bancários	20
Nota 13	Capital, reservas e resultados transitados	20
Nota 14	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21
Nota 15	Outras contas a pagar	25
II.5	Outras notas	
Nota 16	Transações com partes relacionadas	25
Nota 17	Justo valor	26
Nota 18	Passivos contingentes e compromissos	26
Nota 19	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout	27
Nota 20	Gestão de riscos	27
Nota 21	Ativos sob gestão	33
Nota 22	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	33
III	Relatório dos auditores	

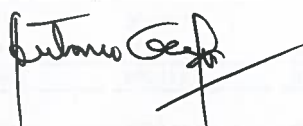
   

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	1	8.398.891	8.253.770
Fornecimentos e serviços externos	2	(2.760.365)	(2.638.306)
Gastos com o pessoal	3	(1.050.870)	(1.011.152)
Provisões (aumentos/reduções)		150.000	-
Outros rendimentos e ganhos	4	367.960	74.572
Outros gastos e perdas	4	(394.755)	(312.842)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.710.861	4.366.042
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(522)	(1.566)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.710.339	4.364.476
Juros e gastos similares obtidos	5	248.435	514.526
Juros e gastos similares suportados	6	(58.037)	(92.489)
Resultado antes de impostos		4.900.737	4.786.513
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(1.375.020)	(1.385.578)
Resultado líquido do exercício		3.525.717	3.400.935

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Demonstração do rendimento integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Itens que poderão ser reclassificados para resultados

Reserva de reavaliação

Reservas de reavaliação, bruto

Impostos diferidos

(130.503) 1.565.094

42.203 (453.877)

(88.300) 1.111.217

Itens que não serão reclassificados para resultados

Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos

(26.455) (180.957)

Total outro rendimento integral

(114.755) 930.260

Resultado líquido do exercício

3.525.717 3.400.935

Total do rendimento integral do ano

3.410.962 4.331.195

Balanço

		Eur		
Ativo	Notas	2013	2012	01-01-2012
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	740	1.262	1.784
Ativos intangíveis		-	-	1.044
Outros ativos financeiros	8	750	15.102.308	14.818.833
Ativos por impostos diferidos	9	55.419	15.492	463.131
		56.909	15.119.062	15.284.792
Ativo corrente				
Clientes	10	1.864.515	1.850.688	2.734.092
Adiantamentos a fornecedores		1.115	870	222
Estado e outros entes públicos	9	24.728.015	24.875.052	24.728.015
Acionistas/sócios	16	2.797	189	4.182
Outras contas a receber	11	292.502	340.889	226.036
Caixa e depósitos bancários	12	10.915.326	7.455.601	2.413.497
		37.804.270	34.523.289	30.106.044
Total do Ativo		37.861.179	49.642.351	45.390.836
Capital Próprio e Passivo				
Capital próprio				
Capital realizado		1.200.000	1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346	292.346
Outras reservas		3.124.543	3.148.373	3.190.506
Resultados transitados		2.828.195	14.929.885	14.929.885
Ajustamentos em ativos financeiros		-	130.503	(1.434.591)
Outras variações no capital próprio		4.357	(37.846)	416.031
Resultado líquido do exercício		3.525.717	3.400.935	-
Total do capital próprio	13	10.975.158	23.064.196	18.594.177
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		-	150.000	150.000
Passivos com benefícios a empregados	14	40.626	81.294	90.631
		40.626	231.294	240.631
Passivo corrente				
Fornecedores		318.674	147.868	258.255
Estado e outros entes públicos	9	1.386.814	1.100.713	1.129.429
Acionistas/sócios	16	21.963	65.879	43.056
Outras contas a pagar	15	25.117.944	25.032.401	25.125.288
		26.845.395	26.346.861	26.556.028
Total do passivo		26.886.021	26.578.155	26.796.659
Total do Capital Próprio e Passivo		37.861.179	49.642.351	45.390.836

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Capital realizado	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Balanço a 31 de Dezembro 2011	1.200.000	(1.434.591)	416.031	292.346	3.329.330	10.413.388	4.516.497	18.733.001
A alteração de política contabilística para o reconhecimento dos ganhos / (perdas) atuariais (nota 14)					(138.824)			(138.824)
Saldos em 1 de Janeiro de 2012	1.200.000	(1.434.591)	416.031	292.346	3.190.506	10.413.388	4.516.497	18.594.177
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.516.497	(4.516.497)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	1.565.094	(453.877)	-	-	-	-	1.111.217
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.400.935	3.400.935
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	(42.133)	-	-	(42.133)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.200.000	130.503	(37.846)	292.346	3.148.373	14.929.885	3.400.935	23.064.196
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	3.400.935	(3.400.935)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(15.500.000)	-	(15.500.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(130.503)	42.203	-	-	-	-	(88.300)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.525.717	3.525.717
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	(23.830)	(2.625)	-	(26.455)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.200.000	-	4.357	292.346	3.124.543	2.828.195	3.525.717	10.975.158

Demonstração de fluxos de caixa

	2013	2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	3.525.717	3.400.935
Ajustamentos por:		
Variação nos impostos ativos / passivos	393.211	271.886
Amortizações do exercício	522	1.566
Variação de provisões	(150.000)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Devedores diversos	31.707	2.122.521
Outros ativos e passivos	(67.122)	(76.175)
Credores diversos	212.432	(1.506.371)
	3.946.467	4.214.362
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação nos investimentos financeiros disponíveis para venda	15.013.258	827.742
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(15.500.000)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	3.459.725	5.042.104
Caixa e equivalentes no início do período	7.455.601	2.413.497
Caixa e equivalentes no final do período	10.915.326	7.455.601

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Pensõesgere” ou “Sociedade”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, anteriormente designada Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995. Em 1 de Dezembro de 1999, procedeu-se à fusão das sociedades Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante a transferência global do património da Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e da Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com inerente dissolução destas, para a sociedade Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de acordo com o disposto no artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A sociedade incorporante, em resultado da fusão, adotou a forma societária de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo modificados o seu objeto social, capital e designação social.

Posteriormente, em 30 de dezembro de 2000, procedeu-se à fusão da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Mello Ativos Financeiros – Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante transferência global do património da sociedade Mello Ativos Financeiros para a Pensõesgere, com consequente extinção da sociedade incorporada, nos termos do disposto no artigo 97º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A atividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei nº 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere tem por objetivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, Artº 4º, a Pensõesgere adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Pensõesgere agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2013.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Sociedade adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Sociedade resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas.

De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para capital (ver notas 14 e 22).

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013 a Pensõesgere adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013, conforme referido na nota 22.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Ativos financeiros

Classificação

A Pensõesgere classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Pensõesgere tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Pensõesgere se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Pensõesgere de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Pensõesgere tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Pensõesgere tenha transferido o controlo sobre estes activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Pensõesgere estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Pensõesgere apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Pensõesgere não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Pensõesgere avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Pensõesgere, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a terceiras entidades e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativo e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

f) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

h) Locações

A Pensõesgere classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Pensõesgere à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

i) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Pensõesgere tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

l) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

m) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Sociedade.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Sociedade, em 31 Dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Sociedade determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Sociedade reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Sociedade adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Sociedade resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo.

Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Sociedade para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Sociedade avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Sociedade são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Sociedade assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Sociedade até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Sociedade com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2013, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

n) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Pensõesgere procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

o) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Pensõesgere pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Pensõesgere são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Pensõesgere é apresentada na anterior nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Pensõesgere poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Sociedade como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Sociedade.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Vendas e serviços prestados

As Prestações de serviços, no montante de Euros 8.398.891 (2012: Euros 8.253.770), foram integralmente realizadas em Portugal.

Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Trabalhos especializados	863.486	740.962
Publicidade e propaganda	6.389	6.436
Comissões	1.796.169	1.825.735
Conservação e reparação	6.195	5.864
Deslocações e estadas	10.396	13.721
Outros	77.730	45.588
Total	2.760.365	2.638.306

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos da Sociedade e dos Fundos de Pensões sob a sua gestão efetuada pela F&C.

Nota 3 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Remunerações Órgãos sociais	-	1.000
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	561.801	581.933
Subsídios e bónus	222.730	174.112
Benefícios pós-emprego	46.436	31.979
Encargos sobre remunerações	166.768	172.003
Seguros obrigatórios	3.217	4.496
Outros custos com o pessoal	49.918	48.254
Total	1.050.870	1.013.777

Em 2012 as Remunerações aos Órgãos Sociais respeitavam na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 4 – Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Valias realizadas em outros ativos financeiros	314.987	35.188
Outros rendimentos e ganhos	52.973	39.384
Total	367.960	74.572

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Impostos indiretos	148.569	155.586
Taxas	201.245	160.455
Dívidas incobráveis	2.330	-
Valias realizadas em outros ativos financeiros	19.856	1.865
Imparidade ativos financeiros	-	-
Outros	22.755	(5.064)
	394.755	312.842

Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Juros obtidos de depósitos	160.789	111.616
Dividendos obtidos	8.034	-
Juros obtidos de outros ativos financeiros	79.612	402.910
	248.435	514.526

Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Juros suportados	52.664	76.157
Outros	5.373	16.332
	58.037	92.489

II.4 Notas ao balanço

Nota 7 – Ativos tangíveis

Os Ativos tangíveis são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	7.655	7.655
Equipamento administrativo	7.930	7.930
	15.585	15.585
Amortizações acumuladas	(14.845)	(14.323)
Ativos tangíveis líquidos	740	1.262

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.655	7.930	15.585
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.655	7.930	15.585
Amortizações			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(6.393)	(7.930)	(14.323)
Amortizações do exercício	(522)	-	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(6.915)	(7.930)	(14.845)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	1.262	-	1.262
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	740	-	740

Nota 8 – Outros ativos financeiros

No exercício de 2013, no âmbito da estratégia definida para a gestão de liquidez da Sociedade, a carteira de activos financeiros foi alienada na totalidade.

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Dívida pública	-	4.165.146
Obrigações de outros emissores	-	10.214.714
Ações e unidades de participação em fundos	750	494.833
Juros a receber	-	227.615
Total	750	15.102.308
Dos quais:		
Nível 1		14.518.276
Nível 2	750	584.032
Nível 3		-
	750	15.102.308

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 9 – Impostos correntes e diferidos

A Pensõesgere determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 25% mais 4,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Decreto-lei nº 83/2013 e Lei nº 2/2014 pelo Governo Português, uma taxa de imposto de 27,5% foi aplicada pela Sociedade na determinação dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2013.

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Ativos por impostos correntes	24.728.015	24.875.052
Ativos por impostos diferidos	55.419	15.492
Ativos por impostos	24.783.434	24.890.544
Passivos por impostos correntes	1.386.814	1.100.713
Passivos por impostos	1.386.814	1.100.713

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012 os Ativos por impostos correntes incluem o montante de Euros 24.728.015 relativo a IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos ativos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E. (anteriormente designada por Servibanca – Prestação de Serviços, A.C.E.) e a Pensõesgere, enquanto entidade gestora e representante do Fundo BCP. Ainda que as transações de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Pensõesgere, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo BCP uma posição credora face à Pensõesgere, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euros 24.728.015) no Balanço da Sociedade.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Pensõesgere, atendendo a que a Direção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto a Pensõesgere efetuou em 29 de Dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças, sobre o qual, até à data de 31 de Dezembro de 2013, ainda não foi divulgada a respetiva conclusão.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Eur					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	-	-	-	37.846	-	(37.846)
Benefícios pós-emprego	46.781	45.275	-	-	46.781	45.275
Outros	8.638	8.063	-	-	8.638	8.063
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	55.419	53.338	-	37.846	55.419	15.492

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012, foi reconhecido como se segue:

	Eur			
	2013		2012	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Activos financeiros	-	37.846	-	(453.877)
Benefícios pós-emprego	(2.851)	4.357	3.868	-
Outros	575	-	2.370	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	(2.276)	42.203	6.238	(453.877)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2013	2012
Impostos correntes	1.372.744	1.391.816
Impostos diferidos	2.276	(6.238)
	<u>1.375.020</u>	<u>1.385.578</u>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2013	2012
Resultado antes de impostos	4.900.737	4.786.513
Taxa de imposto	29,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	<u>1.445.717</u>	<u>1.388.089</u>
Tributação autónoma	3.866	2.528
Outras diferenças permanentes	(74.563)	(4.278)
	<u>1.375.020</u>	<u>1.386.339</u>

Nota 10 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euros 1.864.515 (2012: Euros 1.850.688), resultam diretamente da atividade desenvolvida pela Sociedade. De acordo com a avaliação efectuada sobre a recuperabilidade destes activos, à data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade tem registada uma perda por imparidade no montante de Euros 6.526.

Nota 11 – Outras contas a receber

Os saldos registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euros 292.502 (2012: Euros 340.889), resultam essencialmente de comissões reconhecidas no exercício, cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2014.

Nota 12 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 13 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euros 1.200.000, representado por 240.000 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Ajustamentos em activos financeiros (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 b).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2013 e 2012, são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldos em 1 de janeiro	130.503	(1.434.591)
Ajustamentos no justo valor	-	1.767.489
Vendas	(130.503)	(202.395)
Saldos em 31 de dezembro	-	130.503

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

Resultados transitados

De acordo com a proposta aprovada na Assembleia Geral de 27 de março de 2013, a Pensõesgere distribuiu à accionista Millenniumbcp Ageas o montante de Euros 15.500.000.

Nota 14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Sociedade é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Número de participantes		
Ativos	20	20
Reformados e pensionistas	1	1
	21	21

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Como mencionado na nota II.1 m), a partir de 1 de janeiro de 2013, a Sociedade adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. Em resultado da alteração de política contabilística, a Pensõesgere abandonou o método do corredor, reconhecendo actualmente os ganhos/(perdas) actuariais do ano directamente em capital. De acordo com o IAS 8, para efeitos comparativos, esta alteração de política contabilística é apresentada desde 1 de Janeiro de 2012, pelo que o total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012 são como segue:

	2013				2012				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(146 441)	(180 995)	(25 728)	(353 164)	(882 099)	(168 725)	(24 706)	(1 075 530)	
Justo valor dos ativos do plano	312 538	-	-	312 538	994 236	-	-	994 236	
Ativos / (responsabilidades) líquidas d	166 097	(180 995)	(25 728)	(40 626)	112 137	(168 725)	(24 706)	(81 294)	

Adicionalmente, a Sociedade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 1 (2012: 1), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 44.000 (2012: Euros 45.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas daquela Companhia.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	882 099	168 725	24 706	1 075 530	878 797	133 271	19 629	1 031 697
Custo do serviço corrente	2 053	8 306	2 334	12 693	1 585	6 387	1 401	9 373
Custo dos juros	35 106	6 715	858	42 679	45 872	6 950	1 031	53 853
Alterações do plano	-	(16 872)	-	(16 872)	-	-	-	-
Liquidação do Plano Complementar	13 651	-	-	13 651	-	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Sociedade	(8 443)	(1 724)	(3 394)	(13 561)	(8 554)	(1 724)	-	(10 278)
(Ganhos) / perdas atuariais	17 790	15 845	1 224	34 859	32 138	23 841	2 645	58 624
Efeito da liquidação do Plano complementar	(795 815)	-	-	(795 815)	-	-	-	-
Transferência entre fundos	-	-	-	-	(67 739)	-	-	(67 739)
Responsabilidades em 31 de dezembro	146.441	180.995	25.728	353.164	882.099	168.725	24.706	1.075.530

A alteração do plano nos “Outros benefícios” corresponde ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	2 053	8 306	2 334	12 693	1 585	6 387	1 401	9 373
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo	3 763	6 715	858	11 336	4 162	6 950	1 031	12 143
Alterações do plano	-	(16 872)	-	(16 872)	-	-	-	-
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	1 224	1 224	-	-	2 645	2 645
Liquidação do Plano Complementar	13 651	-	-	13 651	-	-	-	-
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do exercício	19.467	(1.851)	4.416	22.032	5.747	13.337	5.077	24.161

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	994.236	941.067
Contribuições da Sociedade	84.037	73.906
Pagamentos efetuados pelo fundo	(8.443)	(8.554)
Retorno esperado do fundo	31.343	41.710
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	7.180	13.846
Efeito da liquidação do Plano complementar	(795.815)	-
Transferência entre fundos	-	(67.739)
Saldo em 31 de dezembro	312.538	994.236

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2013 e 2012, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2013			2012		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	164.903	16.054	180.957	146.611	(7.787)	138.824
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	15.165	15.845	31.010	32.138	23.841	55.979
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(7.180)	-	(7.180)	(13.846)	-	(13.846)
Saldo em 31 de dezembro	172.888	31.899	204.787	164.903	16.054	180.957

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros 79.000 e Euros 162.000, respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Sociedade ascenderam a Euros 84.000 (2012: Euros 74.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2013, a Sociedade contribuiu com o montante de Euros 29.000 (2012: Euros 10.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	112.137	(168.725)	(24.706)	(81.294)	208.880	(141.058)	(19.629)	48.193
Custo normal	(19.467)	1.851	(4.416)	(22.032)	(5.747)	(13.337)	(5.077)	(24.161)
(Ganhos) / perdas atuariais	(10.610)	(15.845)	-	(26.455)	(164.903)	(16.054)	-	(180.957)
Benefícios pagos pela Sociedade	-	1.724	3.394	5.118	-	1.724	-	1.724
Contribuições da Sociedade	84.037	-	-	84.037	73.907	-	-	73.907
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balor	166.097	(180.995)	(25.728)	(40.626)	112.137	(168.725)	(24.706)	(81.294)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Titulos de rendimento variável	80.754	240.515
Titulos de rendimento fixo	209.964	628.824
Imóveis	4.711	17.026
Outros	17.109	107.872
	312.538	994.236

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Impacto no custo com pensões	1.362	1.329
Impacto nas responsabilidades	28.959	26.996

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de desconto	78 535	(58 172)
Taxa de crescimento das pensões	(28 497)	32 783
Taxa de crescimento dos salários	(28 497)	35 073

	Impacto alteração de pressupostos demográficos	
	+1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de mortalidade	22 608	

Nota 15 – Outras contas a pagar

Os saldos registados na rubrica Outras contas a pagar incluem maioritariamente o montante de Euros 24.728.015 (2012: Euros 24.728.015) relativo ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido nota 9.

II.5 Outras Notas

Nota 16 - Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em 2013 e 2012 são analisadas como segue:

Balanço	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 862 752	-	-	1 862 752
Empréstimos concedidos e contas receber	9 000 000	-	-	9 000 000
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	750
Outros ativos	-	1 430 742	-	1 430 742
Total do ativo	10 863 502	1 430 742	-	12 294 244
Outros passivos	20 682	-	14 897	35 579
Total do passivo	20 682	-	14 897	35 579
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	10.842.820	1.430.742	(14.897)	12.258.665
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	7.461.524	1.350.626	121.744	8.933.894

Demonstração de resultados	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões	Total
Dividendos e juros a receber	162 974	-	-	162 974
Comissões de gestão financeira e administrativa	-	5 449 638	-	5 449 638
Total de proveitos	162 974	5 449 638	-	5 612 612
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(44 272)	-	-	(44 272)
Gastos gerais e administrativos	(415 721)	-	(17 614)	(433 335)
Total de custos	(459 993)	-	(17 614)	(477 607)
Líquido Proveitos / (Custos) 2013	(297.019)	5.449.638	(17.614)	5.135.005
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	(473.877)	5.242.993	(21.709)	4.747.407

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 17 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Nota 18 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal que possam resultar em responsabilidades a pagar.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existiam garantias prestadas ou recebidas.

Nota 19 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

À data de 31 de dezembro de 2013 não existe exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout. Em 31 de dezembro de 2012, esta exposição era como segue:

País	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	2.780.674	2.780.674	(50.758)	3,7%	3,3	L1
Total	2.780.674	2.780.674	(50.758)	3,7%	3,3	-

Nota 20 – Gestão de riscos

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. dedica-se à gestão, administração e representação de Fundos de Pensões e assumir riscos é intrínseco na forma como a empresa cria valor para os seus beneficiários. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Organização.

Para a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. os Riscos Estratégicos, Financeiros e Operacionais são os que estão inteiramente ligados a esta Organização.



Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual também contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento* ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. aprova a estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Riscos, no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco) e no Comité Estratégico de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).

- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Risk Officer tem como principais funções:
 - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Emitir parecer sobre a adequação das políticas de risco;
 - Integrar os Comitês de Risco/Gestão de Ativos (AMC);
 - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é construída em torno de quatro elementos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivativos e dívidas a receber de intermediários mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do *Risco de Incumprimento*, a taxonomia de risco da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no Risco de Mercado como no Risco de Incumprimento. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao risco de *spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações e risco de contraparte via proteção de resseguro.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Eur).

A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo (excluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2013		2012	
		%		%
Ativos financeiros disponíveis para venda	750		15.102.308	
Dívida pública	-	0,0%	5.771.419	38,2%
Obrigações	-	0,0%	8.836.055	58,5%
Ações	750	100,0%	-	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	-	0,0%	494.834	3,3%
Total	750		15.102.308	

As ações detidas pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	-	0,0%
	750	100,0%	-	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito B	10.915.326	83,47%	7.455.601	89,85%
Outros devedores	2.160.929	16,53%	842.009	10,15%
Total	13.076.255	100,00%	8.297.610	100,00%

Risco Operacional

O *Risco Operacional* resulta do risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de Gestão de risco e atuariado é apoiado por um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversalmente a toda a organização.

O Risco Operacional na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada um dessas linhas. Adicionalmente, o comité de risco operacional e controlo interno foi criado para gerir o risco operacional na Organização. Além disso, a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. adotou uma abordagem Top-Down e Bottom-Up. Estas duas abordagens são sinérgicas e, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Organização através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Organização.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;

- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Organização, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2013.

A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência do Organização é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Capital	1.200.000	1.200.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.421.246	3.714.333
Resultados Transitados	2.828.195	14.929.886
Resultado Líquido do Exercício	3.525.717	3.398.310
Total Situação Líquida (1)	10.975.158	23.242.529
Ajuste Pensões Reforma	-	(178.332)
Total (2)	-	(178.332)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	10.975.158	23.064.197
Margem de Solvência Exigida	5.040.595	4.864.701
Excesso / (Insuficiência)	5.934.563	18.199.496
Rácio Solvência	218%	474%

Nota 21 – Ativos sob gestão

Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

		<i>Eur</i>
	2013	2012
Titulos de rendimento fixo	2.076.938.822	1.913.895.754
Titulos de rendimento variável	1.821.438.885	1.763.754.649
Propriedades de investimento	467.217.159	512.050.715
Total	4.365.594.866	4.189.701.118

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

		<i>Eur</i>
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	4.189.701.118	3.864.546.840
Contribuições líquidas	(79.958.571)	195.839.758
Mais/ (menos) valias realizadas	257.046.784	168.201.719
Transferências	(1.194.465)	(38.887.199)
Saldo em 31 de dezembro	4.365.594.866	4.189.701.118

Nota 22 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Sociedade alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido, bem como ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Sociedade:

- Determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

- Procede ao reconhecimento dos desvios atuariais no Outro Rendimento Integral (OCI).

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Sociedade modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Sociedade não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Sociedade adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 17, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Sociedade, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Sociedade proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Sociedade, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

A Sociedade está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Sociedade, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013

Empresa de Seguros: PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Nº de identificação:

Ident. do resp. pela Informação: António Oliveira

Valores em euros

CÓDIGO		IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
		DESIGNAÇÃO							unitário	Total
1		Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCE								
1.1		FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E								
1.1.01		Títulos Nacionais								
1.1.01		Partes de capital em filiais								
1.1.02		Sub-Total								
1.1.02		Partes de capital em associadas								
1.1.03		Sub-Total								
1.1.03		Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.04		Sub-Total								
1.1.04		Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
1.1.04		Sub-Total								
1.1.05		Títulos de dívida de filiais								
1.1.05		Sub-Total								
1.1.06		Títulos de dívida de associadas								
1.1.06		Sub-Total								
1.1.07		Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.07		Sub-Total								
1.1.08		Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
1.1.08		Sub-Total								
1.1.09		Outros títulos em filiais								
1.1.09		Sub-Total								
1.1.10		Outros títulos em associadas								
1.1.10		Sub-Total								
1.1.11		Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.11		Sub-Total								
1.1.12		Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
1.1.12		Sub-Total								
1.2		Títulos Estrangeiros								
1.2.01		Partes de capital em filiais								
1.2.01		Sub-Total								
1.2.02		Partes de capital em associadas								
1.2.02		Sub-Total								
1.2.03		Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.03		Sub-Total								
1.2.04		Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
1.2.04		Sub-Total								
1.2.05		Títulos de dívida de filiais								
1.2.05		Sub-Total								
1.2.06		Títulos de dívida de associadas								
1.2.06		Sub-Total								
1.2.07		Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.07		Sub-Total								
1.2.08		Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
1.2.08		Sub-Total								
1.2.09		Outros títulos em filiais								
1.2.09		Sub-Total								
1.2.10		Outros títulos em associadas								
1.2.10		Sub-Total								
1.2.11		Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.11		Sub-Total								
1.2.12		Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
1.2.12		Sub-Total								
1.2		Sub-Total								
1		Total								
2		OUTROS								
2.1		Títulos Nacionais								
2.1.1		Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1		Ações								
2.1.1.1		Sub-Total								
2.1.1.2		Títulos participação								
2.1.1.2		Sub-Total								
2.1.1.3		Unidades de participação em fundos de investimento								
2.1.1.3		Sub-Total								
2.1.1.4		Outros								
2.1.1.4		Sub-Total								
2.1.1		Sub-Total								
2.1.2		Títulos de dívida								
2.1.2.1		De dívida pública								
2.1.2.1		Sub-Total								
2.1.2.2		De outros emissores públicos								
2.1.2.2		Sub-Total								
2.1.2.3		De outros emissores								
2.1.2.3		Sub-Total								
2.1.2		Sub-Total								
2.1		Sub-Total								
2.2		Títulos Estrangeiros								
2.2.1		Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1		Ações								
2.2.1.1		Sub-Total								
2.2.1.2		Títulos de participação								
2.2.1.2		Sub-Total								

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013
 Empresa de Seguros: PENSOESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
 Nº de identificação:
 Ident. do resp. pela informação: António Oliveira

Valores em euros

Anexo											
IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS											
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO				Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
	Unidades de participação em fundos de investimento									unitário	Total
	2.2.1.3	Sub-Total									
	2.2.1.3	Outros									
	2.2.1.4	Sub-Total									
	2.2.1	Títulos de dívida									
	2.2.2	De dívida pública									
	2.2.2.1	Sub-Total									
	2.2.2.1	De outros emissores públicos									
	2.2.2.2	Sub-Total									
	2.2.2.2	De outros emissores									
	2.2.2.3	Sub-Total									
	2.2.2	Sub-Total									
	2.2	Derivados de Negociação									
	2.3	Sub-Total									
	2.4	Derivados de Cobertura									
	2.4	Sub-Total									
	2	Total									
	3	TOTAL GERAL			750				750,00		750,00
	3	Total									
	3	TOTAL GERAL									

Anexo 1

Handwritten signatures and initials in blue ink.